UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANDREIA SANTOS DE LIMA

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: as contribuições do Assistente Social para além dos muros escolares

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2020

ANDREIA SANTOS DE LIMA

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: as contribuições do Assistente Social para além dos muros escolares

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2020

ANDREIA SANTOS DE LIMA

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: as contribuições do Assistente Social para além dos muros escolares

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO de Juazeiro do Norte – CE, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Esp. Cecília Bezerra Leite

Data de aprovação: 16/12/2020

Banca Examinadora

_____

Prof.ª. Esp. Cecília Bezerra Leite
Orientadora

_____

Prof.ª. Esp. Jamille de Lima Vieira
1º Examinador

_____

Prof.º. Esp. Pedro Adjedan David de Sousa
2º Examinador

JUAZEIRO DO NORTE - CE

2020

“Dedico este trabalho aos meus avós, em especial à minha avó Elisa Ferreira Nobre, que mais do que avó, foi minha mãe, um anjo que Deus me permitiu a graça de ter ao lado e hoje e para todo o sempre (espaço de tempo indeterminado, maior que a eternidade) dentro de mim. A quem devo tanto pelo que e quem sou, de dez vidas, onze à ela eu daria, e se Deus me der a chance de viver outra vez, eu só quero se a tiver.

Ao meu pai Antônio Ferreira de Freitas, que mesmo em pouco tempo que estivemos juntos lado a lado, muito me ensinou, muito me amou e também está sempre aqui comigo, em meu íntimo.

Às minhas tias Antônia, e Maria das Graças, que também são minhas mães de criação, de amor, que também são anjos que Deus permitiu vir à terra, a quem também devo-lhes tanto pelo que e quem sou, de dez vidas, onze a elas eu daria.

Ao meu filho Arthur Emanuel, razão dos meus dias, noites, momentos, vida, renascimento, meu pequeno grande homem que carregarei por pouco tempo em meus braços, mas por toda a eternidade em meu coração.

Ao meu esposo e amor Francimilton, a quem devo muito pelo incentivo à retomada dos estudos, para que hoje esta fase esteja se concluindo em minha/nossas vidas, por todas as contribuições diretas e indiretas ao longo dos quatro anos de percurso acadêmico, pela colaboração indireta a este trabalho, por tudo o que representa ao meu ser, à minha construção, à minha vida.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois sem a sua permissão nada seria possível, sem sentir as suas mãos e os seus braços a me proteger e me guardar não haveria força e fé para chegar até aqui.

Agradeço às pessoas a quem dedico este trabalho, pois representam para e o melhor de mim, e a quem devo-lhes pelo que e quem sou.

Às minhas enteadas Myllena, e Gabriella; e ao meu enteado Gabriel, filho e filhas de coração, agradeço por todas as vezes que foram mais que irmãos para o meu filho, e por todas as vezes que contribuíram indiretamente para este trabalho.

Aos meus irmãos e minhas irmãs, em especial minha irmã Cícera Alexsandra, com quem sei que posso sempre contar; e meus irmãos Alex e Alexandre que sempre me recebem com sorrisos nos lábios e no olhar, e sei, que se pudessem, fariam tudo por mim.

À minha mãe Elisângela, que independente de qualquer circunstância sempre quer o meu melhor.

À minha sogra Benedita, que mais que sogra, é amiga, companheira, e sempre presente em minha vida.

Às minhas cunhadas Ana Lúcia e Patricia, que sempre estão comigo, e que às vezes parecemos ser irmãs e por outras vezes parecemos ser filha e mães, a quem agradeço-lhes pelo cuidado, carinho e amor ao meu filho e que assim também contribuíram indiretamente com este trabalho.

Às minhas queridas Viviane, Rafaela, Ana Victoria e Andressa Isabelly; pois todas as vezes que a gente brinca eu me sinto mais leve.

Ao meu genro Daniel, ao meu cunhado Rafael, ao meu compadre Luiz Carlos, e ao meu amigo Nilton Júnior, pessoas a quem eu quero um grande bem e cuidado, e agradeço por todas as caronas para a e/ou em retorno da faculdade.

À minha prima Juscileide que sempre está comigo quando preciso, ao seu esposo Jonas, à sua mãe/minha madrinha Zuilma e ao seu pai/meu padrinho Josias, por sempre serem tão prestativos e me quererem tanto bem.

Às minhas amigas Helena e Damaris, que acolhem com tanto amor o meu filho.

À minha orientadora complementar Kate, e às minhas amigas que conheci na faculdade, Larissa, Selma, Paula, Tânia, Marília, Suzana, Vitória Maysla, Dayana, Kah, Ávila, Ámilla, Vivian, Íris, ao amigo Lucas.

A todos os meus professores e às minhas professoras, pois, “Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais” (Rubem Alves).

Agradeço à minha orientadora Cecília Bezerra Leite, por compreender os desafios que se colocaram nesta reta final de minha vida acadêmica e contribuir para a conquista deste trabalho.

“Eu quero desaprender para aprender de novo,
raspar as tintas com que me pintaram”.

(Rubem Alves)

RESUMO

Este estudo vislumbra a inserção do Serviço Social na Política de Educação deslindando a tônica sobre Assistentes Sociais na educação e suas contribuições para além dos muros escolares, indagando se Assistentes Sociais no âmbito educacional influem para um desfecho de mudança no impacto da questão social aos sujeitos e à sociedade. Elucidando a importância da educação e da inserção do Serviço Social nesse âmbito, bem como suas contribuições ao enfrentamento das desigualdades sociais oriundas do capitalismo e a busca pela transformação societária. Permitindo resgatar a historicidade da educação no Brasil conforme suas particularidades; vincular a proposta de transformação da sociedade posta pelo projeto profissional do serviço social à política de educação como enfretamento aos resquícios do capitalismo; e explanar possibilidades de intervenção do assistente social na educação com vista à emancipação política. Utilizando-se da pesquisa por método de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e objetivo/caráter descritivo. Obtendo as devidas respostas e contribuindo para ampliar essas discussões e compreender a inserção de assistentes sociais na esfera da educação como profissionais que visam contribuir para um desfecho de mudança social e das implicações sofridas pelos sujeitos, provenientes da conjuntura social em meio ao capitalismo e das produções e reproduções das relações sociais, dado cada contexto histórico. Subentendendo a importância de que sejam pensadas pela categoria de serviço social junto ao corpo docente das instituições de ensino, à sociedade e às demais instituições concernentes, formas de amenizar os impactos provocados pelo contexto social junto aos usuários da política de educação e a quem alcance socialmente.

Palavras-chaves: Serviço Social e Educação; Questão Social; Sociedade Capitalista; Transformação Societária; Emancipação; Projeto Ético-político do Serviço Social.

ABSTRACT

This study plans to integrate social work into education policy, revealing the emphasis of social workers in education and their contribution outside school walls, asking whether social workers in education influence the changing outcome in terms of social problem issues and society. Explain the importance of the inclusion of education and social work in this field and their contribution to the face of social inequality due to capitalism and the pursuit of social change. Provides an opportunity to preserve the history of education in Brazil according to its specific features; to link the social change proposal presented by the professional project of social services to education policy as a means of dealing with the remnants of capitalism; and explain the possibilities for the social worker to intervene in education in terms of political liberation. Use of research through a qualitative approach, bibliographic procedure and objective / descriptive nature. Getting the right answers and contributing to the expansion of these discussions and understanding the participation of social workers in education as professionals who seek to contribute to the outcome and consequences of societal change suffered by those behind the social situation in the midst of capitalism. production. and copies of social relations for each historical context. Understanding the importance of the social services class taking into account educational institutions, faculty, society and other relevant institutions, means of mitigating the effects of the social context on education policy users and social recipients.

Keywords: Social work and education; Social problems; Capitalist society; Business transformation; Release; Ethical-political project of social services.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF - Constituição Federal

CFE – Conselho Federal de Educação

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PIB – Produto Interno Bruto

PNE – Plano Nacional da Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO NO BRASIL - UMA POLÍTICA DE INTERESSES VELADOS 14

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM BREVE PERCURSO 14

1.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA APÓS O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL 19

CAPÍTULO II: SOCIEDADE CAPITALISTA – CENÁRIO DA QUESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO PALCO DE SUAS EXPRESSÕES E PEÇA PARA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL 28

2.1. SISTEMA CAPITALISTA:ECONOMIA ENRIQUECIDA, EDUCAÇÃO FRAGILIZADA E SOCIEDADE PRECARIZADA.....28

2.2. EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA - RELAÇÕES CONCORDANTES FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS ...35

CAPÍTULO III: ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO – E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES..... 40

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 40

3.2 SIGNIFICÂNCIA DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E REFORÇOS AO ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL.....43

3.3 RELEVÂNCIA SOCIAL DA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO E APORTE SOB A PERSPECTIVA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL.....47

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 53

REFERÊNCIAS 56

INTRODUÇÃO

Assistente Social na educação e suas contribuições para além dos muros escolares, essa é a temática a que este trabalho se propõe. Propiciando analisar se Assistentes Sociais no âmbito educacional influem para um desfecho de mudança no impacto da questão social aos sujeitos e à sociedade. Elucidando a importância da educação e da inserção do Serviço Social nesse âmbito, bem como suas contribuições ao enfrentamento das desigualdades sociais oriundas do capitalismo e a busca pela transformação societária.

Dessa maneira, há de considerar necessário um resgate à historicidade da educação no Brasil conforme suas particularidades, vinculando a proposta de transformação da sociedade posta pelo projeto profissional do serviço social à política de educação como enfretamento aos resquícios do capitalismo e explanando possibilidades de intervenção do assistente social na educação com vista à emancipação política.

Resulta-se, então, o desvelar da educação como uma política de interesses velados que assim perdurou por muitos anos ao longo da sua história no Estado brasileiro, mesmo quando ainda não era constituída como política. Pois, desde sua gênese, no país, esteve atrelada tão somente aos interesses da classe dominante em prol de suas conveniências, em que se destaca a princípio, na colonização, em benefício da Coroa Portuguesa, e aos interesses da religião católica.

Em que se seguiu regida pelo dualismo que diferia seu alcance a ricos e pobres em um modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, ganhando esse dualismo mais ênfase no desenvolvimento industrial, voltada à capacitação e aprimoramento à categoria trabalho e reforçada pelo caráter manipulador/controlador da grande massa. Em conformidade, principalmente, às colocações de Demerval Saviani, Leonel Franca, Maria J. G. Werebe, Maria L. A. Aranha, Nelson Piletti, Ruy A. da Costa Nunes, Sérgio Buarque de Holanda, e Tereza Maria R. F. L. Cardoso.

Desta forma, abarca a desigualdade na efetivação do direito social à uma política educacional de qualidade, transformadora, emancipatória. Revelando, ainda, que a educação é indissociável à categoria trabalho, pois acompanha historicamente as mudanças nos modos de produção e, consequentemente, reprodução social, e, ainda, instaurada na perspectiva do trabalho imaterial. Sendo, assim, aparelho

hegemônico ideológico, e não político-educacional, pois é através da ideologia que uma determinada classe da sociedade obtém poder sobre outra e com isso o controle social.

Todavia, é discorrida sua implantação como direito e política social enquanto direito de todos e dever do Estado, balizada sua garantia na universalidade, gratuidade e igualdade; mas, reitera que isso foi fruto de muita luta das classes subjugadas em defesa de seu projeto societário, e aponta o vínculo do serviço social a este, pois, a categoria defende esse mesmo projeto, sendo composto o seu projeto profissional por defesas semelhantes e historicamente correlacionadas. Assim, discute-se segundo autores como Almeida, Demerval Saviani, Ferreira, Gramsci, Iamamoto, e Karl Marx.

Isto posto, aponta que as múltiplas expressões da questão social se constituem no contexto societário e se materializam no cotidiano de vida de inúmeros indivíduos, e essas expressões impactam sobre as atividades e a convivência no âmbito escolar através dessas expressões. Por isso, reforça a importância de assistentes sociais nesses espaços, pois, a sociedade é o próprio palco da questão social, e suas expressões têm se introduzido nas escolas atingindo todos os envolvidos no âmbito educacional.

Por conseguinte, apresenta que a categoria tem por objetivo contribuir com a elaboração de políticas públicas específicas no âmbito da educação. E evidencia a importância do fortalecimento das discussões dessa temática, pois ambas as áreas visam uma nova ordem societária, preconizada tanto no projeto societário da classe trabalhadora, defendida pelas áreas estudadas, quanto em seus projetos.

Vinculando-as no objetivo comum da emancipação, da transformação social, delineando o projeto ético-político do serviço social em face desta perspectiva, sob a dimensão educativa aportada pelos critérios do desenvolvimento teórico-crítico, ético, e de apreensão da realidade social, que enquanto dinâmica, pressupõe mutável, para assim transformar o ser social, aspirando a efetivação do ideário de cidadania. De acordo com os autores: Adorno, Braz e Teixeira, Iamamoto, José P. Netto, e Lukács.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi utilizado o método de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e objetivo/caráter descritivo. O presente trabalho foi impulsionado pela pretensão de descobrir a função do serviço social na educação e suas relações. Sendo possível correlacionar a educação e os respectivos

sistemas produtivos e de governo em cada período histórico e o quanto esses são determinantes na produção e reprodução das relações sociais.

CAPÍTULO I: EDUCAÇÃO NO BRASIL - UMA POLÍTICA DE INTERESSES VELADOS

> *"Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando o índio, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a ser sérios, justos e amorosos da vida e dos outros".*
>
> *(Paulo Freire)*

Este capítulo despe a educação brasileira do seu pano histórico, usado para interesses da classe dominante. Em que desde o "descobrimento" do país esteve atrelada a interesses hegemônicos de exploração, norteada ao trabalho e à manutenção do controle social. Sob ideais dualistas em um modelo educacional que favorece a educação da alta sociedade, em detrimento da educação para todos os cidadãos.

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: UM BREVE PERCURSO

O percurso histórico da educação pedagógica no Brasil tem seu início atrelado aos interesses da Coroa Portuguesa e aos interesses da religião católica. Com a colonização, viu-se a necessidade, pelo império português, de trazer para a "nova terra" pessoas capacitadas para a tarefa de ensinar a língua portuguesa aos indígenas que aqui habitavam, buscando comunicar-se com eles e torná-los trabalhadores escravos.

A partir do poder e influência que o catolicismo representava em toda a Europa à época, seu vínculo indissociável às muitas formas de governo nesse período e tendo como premissa a hegemonia desta religião, designou-se, então, aos padres jesuítas o cumprimento da tarefa, já citada, de ensinar a língua portuguesa aos indígenas. Além da finalidade de conseguir comunicar-se com os índios e instruí-los ao trabalho, visava-se a catequização, com o propósito de disseminar a religião católica em todas as terras e povos.

Viu-se então, a oportunidade de assim fazer por meio dos padres jesuítas, missionários da ordem religiosa Companhia de Jesus que aqui chegaram em 1549 enquanto grupo com seis missionários conduzidos por Manuel da Nóbrega, líder da primeira missão jesuítica à América, cujas cartas são importantes documentos históricos sobre o Brasil no período colonial e sobre toda a ação jesuítica aqui realizada no século XVI, o grupo foi deslocado ao Brasil pelo militar e político de

Portugal Tomé de Souza que aqui cumpriu o primeiro cargo de governador-geral, de 1549 a 1553.

Esse início de processo pedagógico brasileiro, conhecido por pedagogia jesuítica, ou basílica, durou mais de 200 anos, de 1549 a 1759, com ênfase no ensino-aprendizagem da língua portuguesa e na educação doutrinária religiosa católica, os jesuítas usavam na educação o método regrado pela Ratio Studiorum. Pedagogicamente, as práticas dos jesuítas abarcavam o progresso da disciplina e da ordem, da memorização.

Os professores jesuítas puniam a rebeldia, o desinteresse e a não aprendizagem de forma verbal, com intenção de, segundo o sacerdote católico e professor brasileiro Leonel Franca, “apelar para os sentimentos mais nobres da honra e da dignidade” (FRANCA, 1952). Mas também havia castigos físicos, nas situações mais graves, e quando esses eram necessários era preciso convocar os “corretores”, jamais algum jesuíta; pois seus ideais partiam do pressuposto de educar os indivíduos na doutrina cristã, para eles essa era “uma forma de salvar os homens e glorificar a Deus” (FRANCA, 1952).

Aproximando-se ao final dessa fase, já não ensinavam apenas aos *curumins*, crianças filhas de índios, mas voltava-se, sobretudo, a educação, aos filhos dos colonos e dos senhores de engenho a partir de uma relativa estruturação dos métodos, formando-se turmas – onde as aulas aconteciam em aldeamentos construídos pelos índios -, passando exercícios e focando, também, no ensino dos “bons costumes”. A partir de então, pode ser observada aqui uma educação excludente e voltada à elite colonial, da qual trataremos logo mais.

Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil por Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro português, pois suas finalidades educacionais e de catequese não interessavam mais à Coroa, as conseqüências da educação adotada e a catequização iam de encontro aos ideais iluministas adotados pelos poderosos de Portugal que visavam independência econômica à Inglaterra, a retomada de áreas coloniais e elevação da exploração do ouro em terras brasileiras.

As reformas implantadas pelo Marquês de Pombal ficaram conhecidas como Reformas Pombalinas e incidiram fortemente na educação brasileira, como pode ser entendido com maior clareza, a partir do educador e historiador brasileiro Nelson Piletti, em que segundo o autor,

> [...] ao invés de preconizar uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (PILETTI, 1991. p. 36).

Sob a visão do autor, é reconhecido que os interesses da reforma pombalina incidentes na educação não estavam nessa área, e sim, na economia e política.

Ao expulsar os jesuítas, a educação ficou à deriva, e esse período da educação no Brasil pode ser chamado de período vago, pois estava fadado a não chegar a lugar algum se medidas não fossem tomadas, fadado a tão pouco que se podia comparar a nada, como bem colocou Nelson Pilleti: “O ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada” (Piletti, 1991, p. 37).

A partir disso, com as ideias embasadas no contexto iluminista instituídas no Brasil e que envolveram, também, a educação, são implantadas a partir do decreto-alvará de 28 de junho de 1759 – para vigência em Portugal e suas colônias – transformações, incluído o método de ensino conhecido como Aulas Régias, que caracterizaram a primeira sistematização de ensino público e laico e passando a educação a ser responsabilidade do Estado. Permaneceu, o método, até 1834.

Inicialmente, os professores eram nomeados pelo rei e o próprio marquês e seus encarregados para essa finalidade, logo em seguida foi criado o cargo de Diretor Geral dos Estudos, e os cumpridores do cargo eram encarregados do previsto ao progresso da reforma e da aprovação dos professores através de prova para medir o nível de conhecimento e só então exercer o cargo.

Nesse sistema não havia uma ligação das aulas entre si, todo o ensino acontecia de forma avulsa, sem que houvesse aprendizagem seguindo um processo coligido, em que uma aula dependesse da outra. Ademais, conforme a historiadora e pós-doutorada em educação Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso, esse sistema era dividido em Estudos Menores e Estudos Maiores:

> Os Estudos Menores eram formados pelas Aulas de ler, escrever e contar, também chamadas de primeiras letras como, aliás, ficaram mais conhecidas, e também pelas Aulas de humanidades, que abrangiam inicialmente as cadeiras de gramáticas latina, língua grega, língua hebraica, retórica e poética, mas foram acrescidas ao longo dos anos com outras cadeiras, como por exemplo filosofia moral e racional, introduzida a partir de 1772 (CARDOSO, 2004, 182).

Em que destaca a autora quanto aos Estudos Maiores serem pospositivos aos Menores, e o quanto era evidente,

> [...] a necessidade urgente de se promover uma cultura de base, assentada na leitura, na escrita, no cálculo elementar, sem esquecer os conhecimentos relacionados às obrigações religiosas e civis, além de que, para aqueles funcionários que ocupassem posições de maior destaque dentro da estrutura administrativa, era conveniente uma qualificação literária maior do que a necessária à média do funcionalismo (CARDOSO, 2004, p.181).

É importante ressaltar, em conformidade à autora Cardoso e a todo o esboço apresentado, que a partir de todo o contexto político e econômico pelo qual passava Portugal eram modificadas as estruturas de administração do Brasil colônia por parte da realeza e, consequentemente, do ensino.

A partir da chegada da Família Real ao Brasil em 22 de janeiro de 1808 - em virtude dos conflitos políticos e econômicos, sobretudo, com a França e do bloqueio continental de 1806 decretado por Napoleão Bonaparte, líder político e Imperador Francês (1804 a 1814) - inicia-se, assim intitulado pelo filósofo e pedagogo brasileiro Demerval Saviani, o Período Joanino, que perdurou até 1822, ano da proclamação da independência do Brasil.

Do ponto de vista educacional, nessa fase surgem os primeiros cursos de nível superior na colônia, mas esses cursos se limitavam aos de interesse da novíssima burocracia estatal que se hospedava em solo brasileiro. Nessa fase a vertente religiosa continuou a influenciar o cenário educacional, mas articulada as idéias laicas. Nesse período se delineia a vertente leiga da pedagogia tradicional brasileira. Nessa, a noção de essência humana é substituída pela de natureza humana, numa ênfase a racionalidade e ao saber objetivo das ciências.

Segundo Saviani, as características do desenvolvimento político-econômico português impediram uma real penetração desses ideais – baseados no iluminismo – na organização escolar brasileira. E esse último só iria ocorrer, posteriormente, no século XIX, quando a colonização já havia sido ultrapassada (SAVIANI, 2005). Torna-se importante, diante todo o exposto, perceber que o sistema das Aulas Régias permaneceu mesmo após a vinda da Corte, pois como mencionado anteriormente o decreto-alvará de 1759 perdurou até 1834.

Com a vinda da Corte em 1808, o príncipe regente Dom João VI tomou algumas medidas sobre o âmbito educacional, iniciadas com a criação de cursos superiores de

medicina e Direito. Nesse período, o direito à educação revelou-se ainda mais voltado à elite, assim, bem colocado por Piletti, pois,

> [...] ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI, 1991, p. 41).

Sendo possível compreender, conforme o autor, que em virtude das medidas tomadas pelo regente, o ensino tornou-se, consequentemente, ainda mais excludente, tendo enquanto objetivo maior a expansão da classe condutora, superior, patriarcal.

Houve, ainda, aumento do número de aulas régias em todas as capitanias. E em 17 de janeiro de 1809 um decreto estabelecia que a confirmação da nomeação dos professores escolhidos nas capitanias caberia à Mesa do Desembargo do Paço e previa a nomeação de um magistrado para a fiscalização dos procedimentos de ensino na Corte.

É preciso avançar mais um pouco na história, até 1822, para averiguar que entre os anos de 1809 aos dois primeiros anos da década de 20 pouco mudou na educação brasileira, contudo, muito mudou na política do país, não à toa, houve o avanço para esse ano citado, pois é justo esse o ano em que Dom Pedro I proclama a Independência do Brasil, e logo no ano seguinte são apresentadas mudanças na esfera pedagógica.

No ano de 1823 é que se adota ao âmbito educacional brasileiro o método Lancaster, tendo como preceito a organização desenvolvida pelo pedagogo inglês Joseph Lancaster, sua prática envolve o método mútuo, também conhecido como método lancasteriano, em que consiste o alcance a vários alunos de forma concomitante por meio de alunos mais adiantados que outrem, intitulando-os de monitores. É válido observar que esse método ainda é empregado hodiernamente, contudo, com as alterações que lhe coube.

Em 11 de março de 1824 o primeiro Imperador do Brasil, Pedro I, outorga a primeira constituição brasileira e o seu Art. 178 apresenta, segundo o filósofo e doutor em educação o brasileiro Ruy Afonso da Costa Nunes: “A instrução primária é gratuita a todos cidadãos” (1984, p. 28). Contudo, sua regulamentação só veio a acontecer com a Lei de 15 de outubro de 1827. Quando, ainda conforme o estudo sobre o mesmo autor, em seu Art. 4º determinava: “As escolas serão de ensino mútuo nas

capitaes das províncias; e o serão também nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fôr possível estabelecerem-se" (NUNES, 1984, p. 38).

Já em 1834, a partir das medidas tomadas com o ato adicional, tornou-se ainda mais difícil o progresso da "instrução pública". Segundo o historiador e sociólogo brasileiro Sérgio Buarque de Holanda (1995), esta determinação legal

> [...] consumou o desastre para nosso sistema educacional, atribuindo competência às assembléias provinciais para legislar sobre o ensino elementar e médio. Apenas o ensino superior em geral e o elementar e médio do Município Neutro permaneceram a cargo do governo central (HOLANDA, 1995, p. 376).

Em concordância ao autor, concebe-se que se revelaram ainda mais precárias e desiguais as estruturas para a educação em nosso país, pois, sobretudo, criava uma dualidade em nosso sistema educacional, dualidade esta que perdurou por um longo tempo e compreendia a educação para ricos e a educação para pobres. Ao invés da unificação desse sistema, tão necessariamente preciso e essencial.

No mesmo ano, 1843, um projeto de lei que tinha como pretensão a criação da primeira universidade do país a "Universidade Pedro II", composta de cinco faculdades: Direito, Filosofia, Matemáticas, Medicina e Teologia, foi aprovado numa comissão do Senado. Contudo, o projeto não saiu do papel e o Brasil permaneceu à espera de sua primeira Universidade.

1.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA APÓS O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

É a partir dos anos de 1860 que o desenvolvimento industrial no Brasil ganha destaque e atinge seu auge por volta da década de 1870. Neste mesmo período, a iniciativa privada ganhou evidência e surgiram cada vez mais instituições interessadas na educação e, sobretudo, no desenvolvimento brasileiro.

De acordo com a professora Maria José Garcia Werebe (1985, p. 381), nas nações em que a industrialização se processava intensamente, o problema da educação assumia um novo aspecto: "[...] tiveram significação política e econômica porque, nelas, a educação representava fator indispensável para garantir o seu desenvolvimento econômico". Por outro lado, ainda nas palavras de Werebe (1985, p. 381382), a exemplo da França, a expansão do ensino primário às camadas populares

constituía, ao mesmo tempo, uma ameaça para a manutenção dos privilégios das classes dominantes.

Todavia, com o avanço do sistema capitalista, a pressão resultante da Revolução Industrial ainda efervescente na Europa e a recente industrialização no Brasil, que culminou, inclusive, com um crescimento urbano desregulado e não planejado, surgiram pressões para o desenvolvimento de escolas que atendessem também as classes populares. Com a crescente destas demandas, foram apresentados vários projetos de Reforma educacional nos quais se aumentava o compromisso do Estado em oferecer instrução pública para o povo.

Dentre estes, destacou-se a reforma implementada pelo Ministro do Império Carlos Leôncio da Silva Carvalho através do decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879, reforma essa conhecida como Reforma Leôncio de Carvalho. As principais novidades da reforma de 1879 foram a liberdade de ensino e de frequência, a abolição do ensino religioso obrigatório, tornando-o facultativo, a permissão para que escravos se matriculassem nas escolas públicas, além de outras medidas.

Conforme a filósofa Maria Lúcia Arruda Aranha (2002), a Reforma Leôncio de Carvalho prevê normas para o ensino primário, secundário e superior e torna-se revolucionária para a época, pois defende a liberdade do ensino, frequências, credo religioso e abertura de escolas normais. Veio então, uma década depois, a Proclamação da República Brasileira em 15 de novembro de 1889 – em virtude do movimento militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca -, e a esperança de que houvesse mudança com bons resultados para o cenário da educação no país.

Contudo, mesmo na primeira constituição após o período imperial, com a constituinte de 1891, já na primeira república, sequer os princípios da gratuidade e obrigatoriedade da educação foram efetivados. As únicas mudanças até então alcançadas não surtiram efeitos favoráveis, a exemplo a descentralização, pois só agravava algo já evidente e predominante: a dualidade do sistema educacional brasileiro.

Em um modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, consagrar a descentralização do ensino, acabou construindo um sistema pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e superior – responsabilidade da União –, em detrimento da expansão do ensino primário – que deve ser reservado aos estados.

A descentralização que conferia maior poder aos estados, inclusive sobre a educação, podia representar, no plano das ideias, mudanças satisfatórias e significativas, mas, na realidade, representou o descaso e o abandono aos estados mais pobres, que se viam cada vez mais à mercê da própria sorte. Quanto a isso, o professor Antônio Ribeiro Romanelli (2012) afirma:

> Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predeterminadas na vida colonial e no regime do Império (ROMANELLI, 2012, p. 43).

Este posto, por Romanelli, explana que a educação sobre essa base relegava principalmente os menos favorecidos a uma educação precária, subentendendo até mesmo ao analfabetismo, já tão escancarados no Brasil.

Já em 1892, segundo Saviani, foram aprovadas as normas de organização das escolas primárias, cuja grande inovação foi a implantação de grupos escolares (SAVIANI, 2005). O mesmo autor ressalta ainda que:

> Deflagrado o processo a partir de 1893, os grupos escolares foram se disseminando pelo estado de São Paulo de onde o modelo se irradiou pelos demais estados, tendo conformado a organização pedagógica da escola elementar que se encontra em vigência, atualmente, nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental (SAVIANI, 2005, p. 3)

Em concernência ao autor, é compreendido que as normas de organização das escolas primárias ao serem aprovadas repercutiu em grande inovação ao implantar grupos escolares, que seguem em vigência conforme as mudanças cabidas dado o contexto histórico.

Ao avançar novamente no tempo, até 1930, observa-se, mais uma vez, que a educação pouco avançou. O Brasil vivia nesse ano submerso a um contexto de crise econômica – principalmente em decorrência da crise econômica mundial de 1929 -, acirramento e conflitos políticos, e uma grande crescente da população urbana, sem que houvesse planejamento e políticas do Estado voltadas para a melhoria das condições de vida da população pobre, que representava majoritariamente a sociedade brasileira.

Havia um pauperismo latente, e, tanto quanto esse, a necessidade de medidas governamentais em busca de soluções. É nesse contexto de conflitos políticos e

movimentos revolucionários, vivido em 1930, que o presidente Washington Luiz é deposto da presidência pelo movimento revolucionário Aliança Liberal, que pretendia assentar Getúlio Vargas no poder, e assim o fizeram com o golpe que ficou conhecido como Revolução de 30/Golpe de 30.

Após a vitória, um dos primeiros atos do governo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, e já no ano seguinte, em 1931, o ministro da pasta Francisco Luís da Silva Campos sancionou decretos e reformas que ficaram conhecidas como Reformas Francisco Campos, abrangendo, como afirma Saviani (2005):

> [...] a criação do Conselho Nacional de Educação, os estatutos das universidades brasileiras, a organização da universidade do Rio de Janeiro e dos ensinos secundário e comercial. Embora o ensino primário ainda não tinha sido contemplado nessas reformas, dava-se um passo importante no sentido da regulamentação, em âmbito nacional, da educação brasileira (SAVIANI, 2005, p. 4).

Essas reformas, apresentadas por Saviani, vieram a organizar o ensino secundário, bem como a organização das únicas universidades existente no país, a do Rio de Janeiro, recém fundada, e a do Paraná, com menos de uma década de fundação. Cabendo observar que o ensino primário não foi atendido, no entanto, as regulamentações estabelecidas e o contexto de movimentos, lutas e reivindicações por mudanças já apontavam que logo não demoraria para as melhorias serem instituídas. Ressalta-se que essa é a primeira vez em que o Estado toma para si a responsabilidade da educação no país, a partir do momento em que cria o ministério supracitado, isso representa a centralização do ensino pedagógico, anteriormente responsabilidade de cada estado.

Ainda assim, obviamente, as medidas tomadas não foram suficientes. E envolto aos movimentos em defesa da educação, que surgiram nesse período, se destaca o de um grupo de educadores progressistas quando em 1932 assinou o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em que o Estado deveria desenvolver uma escola laica, única e gratuita, na qual meninas e meninos compartilhassem a mesma sala de aula.

Apesar de tantos acontecimentos, foi somente no fim da Era Vargas e início do governo de Eurico Gaspar Dutra que foram decretadas as primeiras “leis orgânicas” da educação, pois, conforme a revista Memórias da Ditadura, em que apresenta a educação brasileira antes de 1964,

> [...] dividia-se de maneira nítida o ensino das elites do ensino das massas trabalhadoras, concebendo dois tipos “complementares” de cidadãos, como pregava a ideologia trabalhista de Vargas: de um lado, uma elite industrial, ilustrada e culta e de outro, um trabalhador ordeiro e saudável. Essa “divisão social da educação” foi uma marca deixada por Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde do Estado Novo, que se estendeu pelas décadas seguintes (A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANTES DE 1964. Memórias da Ditadura).

Segundo o texto citado acima, afirma-se que era de forma completamente notória a visualização da divisão existente na educação da sociedade brasileira.

Em 1945, com a mudança no contexto político devido a queda de Getúlio Vargas do poder e assim o fim do Estado Novo. Eurico Gaspar Dutra toma posse como presidente do Brasil e logo elaboram uma nova constituição federal, sancionada em 1946, que, segundo Saviani (2005), definiu:

> [...] como privativa da união a competência para “fixar as diretrizes e bases da educação nacional”. Atendendo a essa exigência, o ministro da educação, Clemente Mariani, encaminhou ao Congresso Nacional um projeto que, após longa e tumultuada tramitação, resultou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 20 de dezembro de 1961 (SAVIANI, 2005, p. 6).

Assim, apresentada, pelo autor, a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024/61) destaca-se que esta lei possibilitou, como afirma, ainda, Saviani (2005):

> [...] que, mediante aproveitamento de estudos, os alunos pudessem se transferir de um ramo a outro do ensino médio e, após concluir qualquer ramo desse nível de ensino, viessem a ter acesso, por meio do exame vestibular, a qualquer curso de nível superior (SAVIANI, 2005, p. 6).

Pelas palavras do autor, depreende-se que por meio da regulamentação e das diretrizes educacionais aportadas sob a LDB alunos passaram a ter acesso ao curso superior a partir do aproveitamento de seus estudos, iniciando o pressuposto de universalização.

No entanto, nesse período, não era fácil por em prática a LDB, tendo em vista que era difícil até mesmo achar professores com diploma de nível superior para exercer o cargo, inclusive em cidades mais afastadas das capitais e, predominantemente, na zona rural, onde essa situação era ainda mais grave. Além disso, os salários eram baixíssimos. O texto A Educação Brasileira antes de 1964, da

revista Memórias da Ditadura propicia entender um pouco da forma diferente do ensino àquele período:

> O ensino médio era bem diferente do ciclo que hoje chamamos com este nome. Era dividido em dois ramos: o “ensino secundário” (composto por ginasial, de 12 a 15 anos, e colegial, de 15 a 18 anos); e o “ensino técnico-profissionalizante”, que poderia ser industrial, agrícola, comercial ou normal (este último para formar professores). Enquanto o secundário era destinado à formação das elites dirigentes e preparação para o ensino superior, o ensino técnico era voltado às classes populares e tinha caráter terminal: o diploma não permitia o acesso às universidades. Por fim, havia o ensino superior. [...] As universidades eram muito restritas aos estudantes ricos, que tinham passado pelo ensino secundário. (A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANTES DE 1964. Memórias da Ditadura).

Cabe perceber, dado o exposto, que a educação continua voltada à formação e progresso da elite brasileira, enquanto a classe pobre continua em acentuada pobreza, inclusive, de ensino. Mesmo antes disso, ainda na década de 1950, o Brasil continuava mergulhado em uma política e sociedade de desigualdades, o analfabetismo alcançava uma grande massa populacional revelando as implicações da dualidade nessa área. Essa concepção da dualidade existente na escolarização torna-se ainda mais clara a partir do decorrido a seguir:

> Seu caráter elitista era evidente nos mecanismos de seleção: para o ingresso no secundário era preciso passar pelo “exame de admissão”, particularmente exigente na escola pública, pois as vagas eram escassas e concorridas. Ao final de cada um dos ciclos, “ginasial” (atual ensino fundamental II) e “colegial” (atual ensino médio), os adolescentes eram submetidos ao “exame de licença”, criado para garantir o padrão nacional dos aprovados (A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANTES DE 1964. Memórias da Ditadura).

Portanto, depreende-se, assim, que este dualismo além de provocar acentuação da desigualdade, padronizava o ensino, a que concerne a isto acrescentar que para,

> [...] Cursar algum ramo do ensino técnico (comercial, industrial ou agrícola) ou ainda cursar o ensino normal (para carreira de professor primário) não permitia o ingresso no colegial. Este, por sua vez, era a única porta de entrada ao ensino superior. Assim, formou-se um sistema de ensino que se afunilava, dando acesso restrito às elites aos graus superiores (A EDUCAÇÃO BRASILEIRA ANTES DE 1964. Memórias da Ditadura).

Em virtude disto e de tudo o que já fora vislumbrado até aqui, convém interpretar que a grande massa que ficava de fora do colegial claramente é composta

apenas por pessoas pobres, da zona rural, e/ou da região norte e nordeste do país, pois a dualidade do sistema, as condições econômicas, as desigualdades de trabalho, regionais, culturais, entre outras, às condicionavam, lamentavelmente, a isso.

Ao voltar para a década de 1960, no ano de 1969 em decorrência do Parecer de número 77, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, são implementados os Programas de Pós-Graduação e sua institucionalização. E, de acordo com Saviani (2005),

> [...] a pós-graduação se constituiu num espaço privilegiado para o incremento da produção científica e, no caso da educação, também para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, embora não predominante, gerou estudos consistentes sobre cuja base foi possível formular a crítica e a denúncia sistemática da pedagogia dominante, alimentando um movimento de contra-ideologia (SAVIANI, 2005).

Saviani aponta que foi possível formular a crítica e a denúncia sistemática da pedagogia dominante, alimentando o desenvolvimento de uma tendência crítica em um movimento de contra-ideologia, a partir da implementação do programa voltado à pós-graduação, pois permitiu no campo da educação o incremento da produção científica.

Em 1988, com a promulgação da nova Constituição Federal, a denominada Constituição Cidadã, ainda vigente, surge o projeto de uma nova LDB tendo como característica ultrapassar as descontinuidades que a tem marcado na história. Contudo, o então governo de José Sarney interfere e o projeto mais aceito é o do Senador Darcy Ribeiro. Sobre essa nova LDB, cabe a colocação de Saviani em que afirma:

> Dentre as medidas instituídas pela nova LDB que requeriam regulamentação ou a aprovação de lei específica, destaca-se o Plano Nacional de Educação pela sua importância no que se refere ao diagnóstico da educação no país, o estabelecimento de metas e, especialmente quanto à previsão dos recursos relativos ao financiamento da educação que é, com certeza, o aspecto mais relevante da política educacional (SAVIANI, 2005, p. 9).

O autor ressalta que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional previa o cumprimento das metas de recursos à política educacional, ao financiamento da educação estabelecido pelo novo PNE (Plano Nacional da Educação), e acrescenta:

> O novo Plano Nacional de Educação foi instituído pela Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Podemos pois, considerar que, com esse ato se completa o ciclo da política educacional brasileira no século XX. Infelizmente, mesmo avanços tímidos, como a progressiva ampliação dos recursos destinados à educação de modo a chegar, após dez anos, a 7% do PIB, foram vetados pelo Presidente da República (SAVIANI, 2005, p. 9).

É sobre as considerações, de Saviani quanto as bases de instituição da nova política educacional, sendo as suas propostas apresentadas nesse ano que formam a base para a nova LDB de quase uma década depois, exatos anos de 1996, em que prevalece a apreensão do discurso pela busca da qualidade social da educação.

Sobre a função social da educação, essa só é citada a partir da Constituição Federal de 1988, em que além de assegurar a educação como um direito social, em seu artigo 6º, também proclama que a educação no Brasil tem como missão formar cidadãos. Já em seu artigo 206 discorre sobre a forma de oferta da educação brasileira (BRASIL, Ministério da Educação. LDB. 2012, p.57). Afirmando que: O ensino será ministrado com bases nos seguintes princípios:

> I – igualdade de condições para acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade; VIII – piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal (BRASIL, Ministério da Educação. LDB. 2012, p.57).

Além disso, a nossa Carta Magna estabelece o PNE – Plano Nacional de Educação, tendo como finalidade “articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação [...]” (BRASIL, Ministério da Educação. O PNE 2011-2020: metas e estratégias. 2012, p.57). Tendo esse já passado por duas alterações, uma de 2001 até 2010 e outra em 2014 e que permanecerá até 2024, pois suas regulamentações prevêem pelo menos uma década de atuação.

Quanto ao alcance de metas preconizadas em suas diretrizes, de acordo com o art. 2º da PNE em suas diretrizes principais estão:

> I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da

> cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, Ministério da Educação. O PNE 2011-2020: metas e estratégias. 2012, p.57).

Revelando-se assim, diante a apresentação dos princípios da LDB, das diretrizes do PNE, e todo o resgate histórico da educação brasileira até aqui apresentados, que seus objetivos são ajustáveis e reajustáveis acompanhando a dinamicidade das ações e relações sociais e as alterações das formas de governo.

Ao passo que conforme algumas dessas formas, a educação é objetivada apenas a um caráter manipulador/controlador das massas, que assim permaneceu por muito tempo e continua enraizado desde os seus primórdios. Esse caráter manipulador não dissocia da característica que a acompanha desde sua gênese, principalmente em solo brasileiro, característica essa de preparadora/formadora para o trabalho.

Sobre essa característica, como discorre a pedagoga Maria Isabel Moura Nascimento, “[...] a Igreja ajudou a enorme massa de desprovidos de bens materiais a pensar como o desejavam os donos do poder, e não como requeria a sua condição material no processo produtivo” (NASCIMENTO, 2007), ou seja, o que pode-se perceber, a partir da colocação da autora, é que ainda no período colonial, no início do processo educacional/pedagógico no Brasil, com ajuda da igreja católica, uma das intenções principais era a de usar a mão-de-obra indígena, logo depois essa finalidade voltou-se aos escravos africanos, como forma de garantir o progresso português, e por conseqüência europeu, por meio da escravização das suas forças de trabalho.

CAPÍTULO II: SOCIEDADE CAPITALISTA – CENÁRIO DA QUESTÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO PALCO DE SUAS EXPRESSÕES E PEÇA PARA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

> *"Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho".*
>
> *(Paulo Freire)*

As discussões ora apresentadas neste capítulo circunscrevem as prioridades das conjunturas políticas da sociedade capitalista ao apresentar as necessidades, os direitos sociais, e a educação no campo posterior ao trabalho. Aponta a educação como indissociável a esse, e ainda pertencente a este campo na perspectiva do trabalho imaterial, e assim, a aponta como aparelho hegemônico ideológico. No entanto, também apresenta conquistas para sua transformação e a transformação social a datar de sua implementação pela Constituição Federal de 1988 enquanto direito e política social.

Desta forma, apresenta, também, e reitera que isso foi fruto de muita luta das classes subjugadas em defesa de seu projeto societário, e aponta o vínculo do serviço social a este, pois, a categoria defende esse mesmo projeto, sendo composto o seu projeto profissional por defesas semelhantes e historicamente correlacionadas.

2.1. SISTEMA CAPITALISTA:ECONOMIA ENRIQUECIDA, EDUCAÇÃO FRAGILIZADA E SOCIEDADE PRECARIZADA

Para entender a dinâmica relacionada à educação, é importante compreender sua ligação histórica com outros fatores determinantes na sociedade, pois integram a própria história e desenvolvimento social, ao passo que a relação da educação se faz indissociável a determinados componentes sociais, como o modo sócio-econômico de produção, que serão apresentados aqui. Para isso, inicia-se pelo surgimento do capitalismo até chegada às conquistas da educação no Brasil.

O modo de produção capitalista surge e marca a transição da Idade Média para a Idade Moderna entre os séculos XI e XV, ou seja, não aconteceu de repente, foram quase cinco séculos de transformação para mudar a forma de produção e relação do

sistema que antes era feudal em capitalismo, vale lembrar que essas mudanças estavam relacionadas a todo um contexto das bases que estruturavam a sociedade, a exemplos principais a religião, a posse de terras e a origem familiar.

Mas, há uma mudança que se pode considerar primordial para o surgimento do capitalismo, e esta é a mudança na forma de troca de mercadorias, que passou de mercadoria por mercadoria para moeda por mercadoria ou mercadoria por moeda. Sobre isso, Marx (2013) diz que:

> Se abstrairmos do conteúdo material da circulação das mercadorias, isto é, da troca dos diversos valores de uso, e considerarmos apenas as formas econômicas que esse processo engendra, encontraremos, como seu produto final, o dinheiro. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma de manifestação do capital (MARX, K., 2013, p. 168).

Segundo Marx, ao assumir a forma do dinheiro, da riqueza monetária, o capitalismo revela sua gênese. As mercadorias passam a ter um valor não mais de uso, mas um valor que pode ser mensurado em dinheiro. Com isso, pode-se calcular excedente e concretizar o subjetivo da mercantilização, pois o próprio modo capitalista vem transformar tudo em mercadoria, até mesmo a força de trabalho humana, tornando-a algo passível de compra e venda.

“O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção” (MARX, K. 2013). Convém, agora, analisar mais de perto essa mercadoria peculiar, a força de trabalho:

> Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (MARX, K. O capital: crítica da economia política. 2013, p.180).

Marx revela que essa força de trabalho que o ser humano possui, só pode ser vendida, enquanto mercadoria, se a pessoa que a possui seja livre proprietária dela e a coloque à venda de forma a vendê-la por fases, caso contrário se tornará escrava e será tida como própria mercadoria e não apenas a sua capacidade de trabalho.

A partir do momento em que possui capital para aquisição de mercadoria e/ou detém as matérias-primas para produção desta, e capital para contratar a força de trabalho humana, o trabalhador assalariado, é considerado capitalista/burguês,

enquanto alguém que não as possui, mas possui a força de trabalho e a usa como mercadoria, é considerado proletário/trabalhador.

Assim, ambos ao encontrarem-se no mercado firmam uma relação mútua como possuidores de mercadorias, com a distinção de que um é comprador e o outro, vendedor (MARX E ENGELS, 2007). Por isso, o capitalismo é compreendido literalmente e de forma filosófica por Marx como o modo de exploração do homem pelo homem. E como modelo sócio-econômico de produção, historicamente determina como a sociedade se desenvolve em relação a sua organização política, produção e reprodução social (IBIDEM, 2007).

No capitalismo, sabe-se que esse além de todas as consequências sobre a produção e reprodução material, o consumo, a economia, etc.; também condiz com as relações sociais e suas implicações. E como já visto aqui, segundo Marx, o capitalismo configura um sistema produtivo em que os meios produtivos estão sob o domínio dos capitalistas, que representam a burguesia, uma classe dessemelhante na sociedade (MARX E ENGELS, 2007).

A burguesia é a classe dominante e diferentemente da classe proletária, classe inferiorizada, é composta por um percentual mínimo de pessoas que compõem a sociedade, isto é, a riqueza produzida está centralizada nas mãos de poucos. Deter grande parte da riqueza a uma pequena parcela social, na sociedade capitalista, significa distribuição desigual desta riqueza, ficando as classes subalternas, ainda que compostas por uma evidente maioria da população, com o mínimo para sua subsistência.

Desta forma, a maioria da população encontra-se caminhando de mãos dadas com a pobreza, enfrentando desigualdades que afligem a sociedade. No Brasil, as desigualdades sociais existem desde sua colonização, persistindo ao longo de seu desenvolvimento econômico, político e social. Conforme cada contexto, algumas tornam-se amenas, enquanto outras se agravam. Com o desenvolvimento do capitalismo no país, sobretudo, no período da industrialização, essas desigualdades passam a ser vivenciadas por uma grande maioria populacional.

A miséria intensifica-se e não há políticas voltadas ao seu enfrentamento. A pobreza e as desigualdades sociais são conseqüências da má distribuição de renda pelo Estado e mesmo quando cresce a economia estatal, as desigualdades sociais continuam quase que na mesma, como podemos ver na análise e dados de Ferreira (2004):

> Em 1979, a parcela apropriada pelos 10% mais ricos da população brasileira correspondia a 47,4% da renda total. Vinte anos mais tarde, em 1999, esse número permanece inalterado. Isto é, os 10% mais ricos continuam se apropriando dos mesmos 47,4% da renda total. No outro extremo, os 20% mais pobres que se apropriaram, em 1979, de 2,7% da renda total passaram a usufruir em 1999, de 2,4%. E nesse período, o crescimento do PIB per capita passou de R$ 2,230 para R$ 2,507, um acréscimo de 12,7%, Ou seja, o crescimento econômico não é suficiente para levar a uma melhor distribuição de renda no Brasil. (FERREIRA, 2004, p.32).

Esses apontamentos dados por Ferreira, podem ser analisados como decorrentes da falta de interesse das classes dominantes em criar programas e ações que transformem essa realidade. E como afirma o mesmo autor, o crescimento econômico não é condição para a diminuição das desigualdades sociais e concentração de renda (FERREIRA, 2004). Essas questões abordadas são de extrema importância e possibilita compreender que o sistema capitalista gera fortes desigualdades sociais, pois o capitalismo fortalece a economia, mas fragiliza a sociedade.

É a partir da centralização da riqueza, ou seja, da má distribuição de renda, que muitas pessoas vivem abaixo da linha da pobreza, convivendo, assim, com inúmeras desigualdades sociais, dentre elas está a desigualdade na efetivação do direito social à uma política educacional de qualidade, transformadora, emancipatória, gratuita e universal.

Compreende-se que é a partir da educação que os indivíduos pertencentes às classes desprivilegiadas da nossa sociedade poderiam não só se qualificar para o mercado de trabalho, como também obteriam acesso à informação, conhecimento, uma formação cidadã e para exercício da cidadania de forma a promover a emancipação dos sujeitos.

Busca-se, contudo, fazer compreender a relação entre o modo sócio-econômico de produção com a educação, pois o modelo educacional acompanha historicamente as determinações dos modos sociais e produtivos pelos quais os indivíduos passam na sociedade. Entender isso é entender que a educação está indissociavelmente ligada à categoria trabalho, pois, conforme Saviani:

> Sabe-se que a educação é um fenômeno próprio dos seres humanos. Assim sendo, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana. Ora, o que diferencia os homens dos demais fenômenos, o que o diferencia dos demais seres vivos, o que o diferencia dos outros animais? A resposta a essas questões também já é conhecida. Com

> efeito, sabe-se que, diferentemente dos outros animais, que se adaptam à realidade natural tendo a sua existência garantida naturalmente, o homem necessita produzir continuamente sua própria existência (SAVIANI, 1973, p. 19).

Segundo o autor, a compreensão da natureza da educação passa pela compreensão da natureza humana, pois compreende a educação um fenômeno próprio dos seres humanos, para isso usa a educação visando contribuir para a produção contínua de sua existência a fim de produzir a continuidade da própria existência humana. Acrescenta ainda Saviani que:

> Para tanto, em lugar de se adaptar à natureza, ele tem que adaptar a natureza a si, isto é, transformá-la. E isto é feito pelo trabalho. E o trabalho se instaura a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Conseqüentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional (SAVIANI, 1973, p. 19).

Isto é, conforme Saviani, a humanidade usa o ensino para compreender e adaptar a natureza às suas necessidades, de forma a transformá-la, a isso apreende-se a categoria trabalho e o trabalhar da sua teleologia.

Assim, a educação não se encontra instaurada, na perspectiva da categoria trabalho, enquanto trabalho material, aquele executado manualmente ou por maquinaria a fim de se obter um produto palpável, mas encontra-se instaurada na categoria trabalho enquanto trabalho imaterial, pois trata-se segundo Marx e Engels, do campo cognitivo que assim definem formas de trabalho intelectual, ao que comunga Saviani ao afirmar ser a educação um trabalho não-material por situar-se no âmbito da “produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades” (SAVIANI, 1973, p. 20).

A educação veio historicamente a participar da formação do indivíduo e do conceito adquirido de sociedade a qual o indivíduo pertence, sobre influência das classes dominantes tornando-se aparelho hegemônico ideológico, e não político-educacional. Dessa forma, cabe observar que isso ocorre através da ideologia, pois é através da ideologia que uma determinada classe da sociedade obtém poder sobre outra e com isso o controle social (DICIONÁRIO GRAMSCIANO, 2017).

Esse controle passa a agir e se manter ideologicamente a partir da construção e reconstrução de uma subjetividade coletiva em que prevalece os interesses da classe dominante. Como as classes dominantes obtêm a maior influência sobre a

esfera política, além das demais, a educação é usada para manipular, alienar os indivíduos de forma a assegurar o controle das grandes massas das classes subalternas.

A própria área da educação sofre o desmantelamento por conta da ideologia adotada pelo Estado, por exemplo, no Brasil, há de observar pois, desde que o Estado retomou medidas neoliberais o quanto a educação vem sendo desvalorizada.

Em destaque aqui o ano de 2016 em que o governo Temer provoca atrasos na educação, “Entre os atrasos está a instituição do Sistema Nacional de Educação, previsto para 2016, [...], em regime de colaboração, bem como a implementação das diretrizes e metas do PNE”, conforme artigo “A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação”, da revista Educação & Sociedade, disponível na SciELO, acrescenta ainda que:

> Na mesma situação estão as estratégias que compõem a meta 20 de financiamento e tratam da implementação progressiva de conquistas sociais relevantes, o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno Qualidade, [...]. O plano prevê também, via CAQi, a implementação do piso do magistério e a garantia de equiparação salarial com as demais profissões, além de investimentos na formação docente, na infraestrutura das escolas e na relação professor-aluno (Educação & Sociedade. A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação, 2018).

Ainda sobre esses atrasos e seus desdobramentos sobre os sujeitos e a sociedade, como bem elencados no artigo A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação, além de se perder “a noção de bem público acessível a todos por direito; dissolve-se o conceito de cidadania; transforma-se a educação/formação em aprendizagem e treinamento” (Educação & Sociedade. A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação, 2018). Desta forma, conclui que:

> [...] reduz-se a constituição própria do nacional e social, promovendo novas formações de integração dos indivíduos e grupos que passam a ser modelados, em todas as esferas, privadas e sociais, sem garantias de mobilidade social e direito à igualdade. Essas constatações representam um desafio inarredável de pensar a educação neste novo cenário [...] a promulgação da Emenda Constitucional 95, de 16 de dezembro de 2016, que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas, inviabilizando a realização das metas do PNE; o não cumprimento da destinação de 10% do PIB para a educação; a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, da terceirização irrestrita; a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, da reforma trabalhista (trabalho intermitente); a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, da reforma do ensino médio; e a resolução do Conselho Nacional da

> Educação CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que instituiu e orientou a implantação da BNCC" . (Educação & Sociedade. A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação, 2018).

Assim, interpreta que os procedimentos e as exigências impostas pelo sistema em questão mudam as concepções quanto aos sujeitos sociais, como é posto em seguida, pela mesma autoria:

> O sujeito cidadão deixa de ser a entidade de referência do modelo educacional posto, por inteiro, a serviço do sistema econômico. Os procedimentos e as exigências técnicas, impostos pelo sistema econômico neoliberal mundial, transformam, ultrapassando, em nome da eficiência e do desenvolvimento econômico, o limiar de qualquer visão política, social e ética do sujeito e da sociedade. (Educação & Sociedade. A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação, 2018).

As medidas tomadas deixam nítida a estratégia do governo em atender as exigências ocasionadas no cenário político-econômico em detrimento das políticas públicas, sobretudo na esfera educacional, e sem se preocupar com o que isso pode implicar à sociedade. Com o fortalecimento da nova onda conservadora neoliberal tomada como ideo-política na economia implantada em um sistema produtivo capitalista, há fortes interferências na educação considerando que:

> [...] as questões da educação estão sendo tratadas com base no gerencialismo e orientadas pela lógica mercantilista que a vê como mera mercadoria. Trata-se da implantação de um modelo de desenvolvimento político, econômico e social humano pautado nos princípios do capital humano, por sua vez referenciado no modelo capitalista neoliberal. Nesses termos, as reformas educacionais que foram e vêm sendo implantadas mostram que o modelo educacional brasileiro está sendo ajustado aos interesses e às exigências da economia neoliberal global em prejuízo tanto da realidade nacional, com suas prerrogativas econômico-sociais, quanto dos ideais pedagógicos de formação humana (Educação & Sociedade. A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação, 2018).

Cabe entender, diante as colocações, que as alterações na esfera educacional, provocadas pela exigência da ideo-política neoliberal tomada pelo Estado brasileiro ainda que diante um sistema produtivo econômico capitalista, vão de encontro às medidas normativas tomadas no que concerne a educação como já citadas, a exemplo a LDB, o PNE, e de encontro ao que está preconizado na Constituição Federal de 1988, que de forma objetiva e clara em seu artigo 6º afirma a educação como um direito de todos e dever do Estado.

Além de esclarecer que a educação deve ser ofertada universalmente e gratuitamente, indo de encontro, também, ao que é pretendido pela educação como meio de promover a transformação do sujeito por meio de seu desenvolvimento educacional, social, cidadão, e ao trabalho, como visualiza-se que:

> No campo das políticas educacionais atualmente em curso, o que mais importa aos agentes do neoliberalismo é despolitizar e ajustar sistemicamente as pessoas conforme as supostas incontornáveis exigências da globalização, em flagrante desrespeito ao inequívoco dispositivo constitucional, segundo o qual cabe à educação promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. [...] A educação pública, direito de todos e dever do Estado, é abandonada e, o quanto possível, privatizada em nome da falta de eficiência e de recursos que, no mais, não faltam a outros setores de maior interesse econômico (Educação & Sociedade. A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação, 2018).

Estas menções oportunizam entender que essas medidas além de desconstruir a política da educação visam estabelecer a ideologia da classe hegemônica de forma a tornar o indivíduo inconsciente de sua coletividade, sem pensamento crítico, mero robô ajustável aos interesses das classes dominantes, ao que prevalece o próprio Estado e seus governantes, e assim manter o controle das grandes massas, pois não prevalece ao interesse do capitalista-neoliberal senão o de formar pessoas com baixo nível educacional e assim com baixa qualificação profissional para submeterem-se aos arranjos e rearranjos de exploração da categoria trabalho.

2.2. EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA - RELAÇÕES CONCORDANTES FRENTE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS

A educação é um ponto fundamental para que o indivíduo possa se relacionar com a sociedade, mas falar em sociedade em nosso país é falar em desigualdades, pois, como apresentado anteriormente, vive-se no Brasil em meio a uma sociedade capitalista, em um Estado de rearranjos neoliberais, isso significa um Estado mínimo no que tange ao social e em formas de enfrentamento às desigualdades sociais oriundas do próprio capitalismo.

Vive-se a triste realidade de ter cidadãos que não existem perante a sociedade, que perderam sua dignidade por falta de acesso ao básico para sua subsistência, inclusive à educação. Ao que nos remete Almeida (2012):

> A política educacional é, assim, expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social. E aqui deve ser ressaltada uma das principais características da realidade brasileira: o fato de a educação não ter se constituído até o momento em um direito social efetivo e universalmente garantido, um patrimônio da sociedade civil, conforme ocorreu em vários países como etapa fundamental do processo de consolidação do próprio modo de produção capitalista, ou seja, como um valor social universal e como condição necessária ao desenvolvimento das forças produtivas (ALMEIDA, 2012, p. 6).

Nisto, a autora aponta que a política educacional representa o resultado das lutas sociais, mas que a educação não tem se constituído até o momento em um direito social efetivo e universalmente garantido.

As medidas tomadas no tocante a educação desde a Constituição Federal de 1988, dentre elas as reformas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a criação do Plano Nacional de Educação reverberam ao entendimento de que, apesar da nossa sociedade historicamente vivenciar uma realidade de governantes que tomam medidas que condicionam a grande maioria da população a andar de mãos dadas com a pobreza em um caminho traçado por desigualdades, é preciso criar outros caminhos para que se possa transformar a realidade de tantos cidadãos e cidadãs do nosso país.

Se faz necessário, dessa forma, refletir sobre o que é ser cidadão, senão, ser sujeito que tem garantido e assegurado seus direitos sociais e básicos para sua subsistência. Direitos esses preconizados na própria constituição. E o que é a educação senão o próprio direito social e básico?

Isso posto, perpassa o entendimento de que a educação, enquanto política pública social é uma das dimensões para o alcance do ideário de cidadania, à medida de sua função social. E enquanto política inscrita no campo ideológico pode-se observar o quanto essa comunga com o Serviço Social, no que diz respeito aos seus princípios e atividades estabelecidas em seu projeto profissional, ao analisar em Iamamoto (1992), quanto de sua atividade,

> [...] se trata de uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e ideológico, com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas [...] que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras (IAMAMOTO, 1992, p. 349).

A partir da afirmação da autora, o serviço social pode ser compreendido como categoria que visa lutar pela efetivação das políticas públicas, assim, depreende que pode também lutar pela efetivação do real papel e função da educação no Brasil.

Pois, a própria educação é uma política pública e lutar por sua efetivação significa buscar a concretude do projeto societário da classe trabalhadora e, ela representa em sua essência a própria expressão, o próprio reflexo desse projeto, por ter sido fruto, enquanto política e direito, da luta, das manifestações da classe desprivilegiada em busca da efetivação dos seus direitos e do exercício de sua cidadania.

Esse projeto societário é o mesmo defendido pela categoria profissional do Serviço Social, isso já leva a uma relação com a política da educação, mas essa vinculação não para por aí. Há que se veja também, sua correlação com os pressupostos preconizados nas leis que regem a educação brasileira.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação diz em seu artigo 1º, a respeito da educação, que: Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996).

E acrescenta em dois incisos: “§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.” (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996).

Em seu artigo 2º trata dos princípios e fins da educação nacional, afirmando ser regida nos princípios maiores de liberdade e solidariedade; quanto à finalidade da educação no Brasil, essa deve, além de prezar pelo desenvolvimento do ser, o preparar para sua cidadania e o mercado de trabalho: Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996).

Já em seu Artigo 3º trata dos princípios sobre os quais o ensino deve ser ministrado, em que preze a garantia de que todas as pessoas tenham direito à educação gratuita e de qualidade, valorização dos profissionais da educação e estabelecer as responsabilidades das alianças com a educação pública. Passo

fundamental, principalmente para o conhecimento e para não deixem de compreender seus direitos e possam dispor e lutar por uma educação melhor. (BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996).

Quanto aos princípios e os valores presentes no Código de Ética Profissional do Serviço Social (1993), esses abordam princípios comprometidos com a eliminação de todas as formas de preconceito, promovendo o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças, aliando a liberdade individual e coletiva aos direitos sociais.

Destarte, corresponde a outros movimentos profissionais que seguem os mesmos princípios dos direitos humanos e das minorias sociais e da luta geral com os trabalhadores. Defendendo o aprofundamento da democracia socializando a participação política e as riquezas que a sociedade gera.

A agenda mais ampla entre essas duas áreas é defender a igualdade e a liberdade para salvaguardar a justiça social. Assim, caracteriza o trabalho profissional dos assistentes sociais na educação como parte do processo esclarecedor, interventivo e transformador. Por se tratarem de áreas do conhecimento que, caso conectadas tanto metodologicamente quanto teoricamente, visam proporcionar um avanço qualitativo nas discussões e práticas de intervenção dos profissionais nelas inseridas. Fica compreendido que os assistentes sociais não apenas constroem suas próprias práticas a partir da reestruturação social e das organizações sociais, mas também mudam a forma de pensar da própria sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 20-39).

Portanto, é possível enxergar nos princípios e finalidade da política de educação do Brasil o quanto esta é ligada aos princípios do Serviço Social e o quanto coincidem. É possível também, a partir de todo o resgate histórico da educação brasileira até aqui apresentados, compreender que esta está vinculada acima de tudo à conjuntura política e econômica da sociedade, e para cada período histórico-estrutural apresenta suas facetas e finalidades a ela demandadas pelas ideologias vigentes em cada governo e seu tempo histórico, dificultando o cumprir do seu papel principal ainda que não recém designado de política emancipadora e transformadora dos sujeitos e da sociedade.

Torna-se, assim, notório que a atuação de assistentes sociais no âmbito educacional visa contribuir para a emancipação dos sujeitos e transformação da sociedade, bem como fortalecer a aplicação das políticas e direitos sociais, além de

contribuir para o reforço das ações socioinstitucionais, e ações que integrem as redes de sociabilidade.

Percebe-se que as semelhanças entre a política de educação e o Serviço Social contribuem inquestionavelmente para entender a importância da presença de Assistentes Sociais na esfera da educação e o quanto essa presença também é importante para que haja bom desempenho do indivíduo na área educacional. É indiscutível a necessidade de Assistente Social, comunidade escolar e sociedade, para o desenvolvimento e sucesso do estudante.

É importante, também, a presença do profissional de Serviço Social na política da educação (que é a base de uma sociedade justa e igualitária para todos) para prevenir e/ou sanar diversos problemas sociais, em conjunto dos outros profissionais em um trabalho interdisciplinar, pois, compreende-se que a sociedade é o próprio palco das desigualdades sociais, ou seja, da questão social, e suas expressões têm se introduzido nas escolas atingindo todos os envolvidos na área da educação.

CAPÍTULO III: ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO – E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA ALÉM DOS MUROS ESCOLARES

> *"Educação ou funciona como um instrumento que é usado para facilitar a integração das gerações na lógica do atual sistema e trazer conformidade com ele, ou ela se torna a 'prática da liberdade', o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo".*
>
> *(Paulo Freire)*

Para compreender melhor a importância do Serviço Social como profissão que contribui com a política de educação necessita, também, compreender os principais desafios apresentados à educação e pela categoria educacional no país. Para isso, são apresentados neste capítulo alguns desses desafios advindos das desigualdades sociais e suas expressões, que formam a questão social, oriundas do capitalismo.

Assim como, demandas apresentadas aos/as assistentes sociais que se constituem no contexto societário e se materializam no cotidiano de vida de inúmeros indivíduos, e essas expressões impactam sobre as atividades e a convivência no âmbito escolar. Com isso, aponta que a categoria tem por objetivo contribuir com a elaboração de políticas públicas específicas no âmbito da educação. E evidencia que ambas as áreas visam uma nova ordem societária, preconizada tanto no projeto societário da classe trabalhadora, defendida pelas áreas estudadas, quanto em seus projetos.

Articulando-as no objetivo comum da emancipação, da transformação social, nessa perspectiva, delineia o projeto ético-político do serviço social no ambiente da educação condicionado pelas normas da crítica teórica, do desenvolvimento ético e da compreensão da realidade social, pois enquanto dinâmica está sujeita à mudança, visando transformar o ser social, aspirando efetivar o ideário cívico.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho debruçou-se sobre a temática "Assistentes Sociais na educação e suas contribuições para além dos muros escolares" a fim de analisar e apresentar a inserção de assistentes sociais na política educacional e suas contribuições ao corpo discente e suas respectivas famílias, bem como às instituições de ensino e à sociedade. Buscou-se compreender se Assistentes Sociais no âmbito educacional influem para um desfecho de mudança no impacto da questão social enfrentada pelos

sujeitos e a sociedade. Buscou-se, também, entender a relevância social produzida pela atuação profissional de assistentes sociais na política de educação.

Desta forma, para o desenvolvimento da pesquisa foi utilizado o método de pesquisa de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e objetivo/caráter descritivo. A pesquisa bibliográfica diz respeito a uma pesquisa que abrange toda uma bibliografia já publicada relacionada ao tema de estudo, como livros, revistas, artigos, teses, monografias, jornais, dentre outros (MARCONI; LAKATOS, 2012). Compreende-se, assim, que a pesquisa realizada por meio da bibliografia pode abarcar diversos materiais nas mais variadas formas e meios.

É importante esclarecer que a pesquisa bibliográfica não caracteriza uma mera cópia de um estudo já realizado e publicado sobre determinado assunto respectivo à pesquisa em questão, mas sim, conforme Marconi e Lakatos (2012, p. 57,) “a sistematização do tema sob um novo enfoque ou abordagem”. Ressaltando ainda, conforme os mesmos autores, que a mesma “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 57).

Sobre a pesquisa ora apresentada, não há como referenciar realização em *lócus* e/ou mencionar participantes da mesma, pois essa foi realizada apenas por meio de material escrito em livros, artigos, tese, periódicos e monografias, pressupondo o procedimento bibliográfico. Assim, foi realizada a escolha do material apenas de contribuição efetiva aos objetivos da pesquisa.

O material bibliográfico foi buscado por meio da internet, isto é, de forma *online*, em sites e bases de dados de pesquisa de meio eletrônico, bem como em livros, sendo que em todas as formas de busca analisou-se título, tema e/ou sumário visando filtrar a pesquisa e assim dar ênfase à temática e aos objetivos propostos pela pesquisa em questão.

A pesquisa em bases de dados *online* ocorreu por meio de *sites* oficiais, utilizando as seguintes palavras-chaves: Serviço Social na educação; educação no Brasil; desigualdades na sociedade capitalista; relação entre Serviço Social e educação. Ao identificar os materiais relacionados e relevantes ao objeto de estudo, realizou-se a seleção e organização dos que apresentavam maior concernência a esse, sendo que tudo ocorreu a partir da sistematização da leitura dos respectivos materiais.

O presente trabalho foi impulsionado pela pretensão de descobrir a função do serviço social na educação e suas relações. No entanto, não limitou-se apenas ao que fora inicialmente pretendido, pois logo no início da pesquisa já foi possível acrescer ao assunto em questão a correlação entre a educação e os respectivos sistemas produtivos e de governo em cada período histórico e o quanto esses são determinantes na produção e reprodução das relações sociais.

Foi impulsionador também desta pesquisa a importância dessa discussão no contexto atual, pois criar formas de enfrentamento às desigualdades sociais é um dos grandes anseios que permeiam a política de educação e o serviço social em nosso país, para isso, acredita-se que já foi dado um grande salto a partir da Lei 13.935/2019 que garante o serviço social, e a psicologia, nas redes públicas de educação básica, pois essas irão dispor dos serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, que deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Foi possível, também, logo de início, entender a importância da atuação de assistentes sociais, inseridos nas instituições de ensino, para que haja bom desempenho dos sujeitos não apenas na área educacional, mas também, sobretudo, na vida desses por meio da garantia de seus direitos e de exercício de sua cidadania, bem como sua emancipação e, assim, a busca pela transformação da sociedade.

Evidenciou-se o quanto é indiscutível a necessidade da atuação de assistente social na educação para, a partir de análises e diálogo com os profissionais, educandos e respectiva família, desvelar, prevenir e/ou sanar, por meio de sua intervenção, os mais diversos problemas oriundos das desigualdades sociais produzidos e reproduzidos nos espaços educacionais, bem como foi possível entender que essa atuação não se limita aos muros da escola, e sim que os ultrapassa através da contribuição na resolução de alguns problemas sociais enfrentados pela escola e que de certa forma se refletem na sociedade, além de buscar planejar e desenvolver estratégias que visem envolver escola, família e comunidade.

Esta pesquisa mostra-se e se propõe de grande relevância social, a partir da perspectiva de um novo olhar sobre a educação e a atuação dos profissionais de serviço social nessa área enquanto protagonistas na tentativa de enfrentamento às desigualdades sociais apresentadas e refletidas na esfera da educação, pois, a

sociedade é o próprio palco da questão social, e suas expressões têm se introduzido nas escolas atingindo todos os envolvidos no âmbito educacional e na comunidade.

Assim como, de grande relevância científica, pois trouxe às discussões os benefícios proporcionados a partir da perspectiva do trabalho multiprofissional e interdisciplinar entre profissionais da categoria de serviço social, pedagogos e/ou professores, psicólogos e demais profissionais atuantes na política social de educação. Indicando a carência do debate esquadrinhado e tentando fornecer subsídios para ampliar as discussões sobre a temática, acrescentando a correlação da educação e do sistema produtivo capitalista na reprodução das relações sociais. Relações essas que se reproduzem também, e fortemente, nos espaços educacionais, pois a educação é um ponto fundamental para que o indivíduo possa se relacionar com a sociedade, e são nesses espaços que se inicia essa relação social.

A relevância acadêmica ocorreu ainda no terceiro semestre, na disciplina de Fundamentos Histórico e Teórico-metodológico do Serviço Social II lecionada pela professora Cecília Bezerra Leite, enquanto a mesma propôs um trabalho de resgate histórico sobre os espaços de atuação de assistentes sociais nas primeiras décadas do surgimento do Serviço Social no Brasil.

A equipe na qual esta pesquisadora fora membro foi responsável por trazer um resgate histórico da instituição Leão XIII sob a perspectiva das ações promovidas pelas assistentes sociais à época, desta forma pudemos dialogar com a professora sobre algo que identificamos ser pouco discutido, no entanto, de grande importância tornar claro, isto é, o papel educativo que a profissão exercia. A discussão da dimensão educacional da categoria passou a tomar protagonismo em nossos encontros e desde então causou enorme interesse a esta acadêmica em estudar mais sobre a temática, culminando, assim, na presente pesquisa.

3.2 SIGNIFICÂNCIA DA INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO E REFORÇOS AO ENFRENTAMENTO DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

As instituições de ensino, por si, já caracterizam espaços de entrada dos diversos problemas sociais, sendo que esses problemas alteram de forma significativa tanto as próprias instituições, quanto as famílias dos sujeitos assistidos nesses

espaços. Essa alteração pode partir do próprio seio familiar ou da participação na instituição, ou seja, não é um fenômeno unilateral. Assim como, as repercussões dessas alterações ocorrem bilateralmente nas instituições familiar e de ensino.

As múltiplas expressões da questão social se constituem no contexto societário e se materializam no cotidiano de vida de inúmeros indivíduos, e essas expressões impactam sobre as atividades e a convivência no âmbito escolar através do desemprego, da pobreza, baixo salário, da violência, *bullying*, fome, problemas de saúde, habitação inadequada, trabalho-infantil, drogas, introversão, discriminações, assédios, pedofilia, abuso sexual, abandono, negligência, problemas familiares, gravidez na adolescência, exclusão, do não acesso aos direitos de cidadania, podendo ocasionar evasão escolar, ou a evasão dar-se pelos próprios problemas enfrentados pelo sujeito e sua família como consequência da questão social, entre outras situações.

Criar formas de enfrentamento aos fenômenos refletidos em sala de aula é um dos grandes anseios que permeiam a política de educação em nosso país, para isso, acredita-se que já foi dado um grande salto a partir da Lei 13.935/2019 que garante a psicologia e o serviço social nas redes públicas de educação básica, pois essas irão dispor dos serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais, que deverão desenvolver ações para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, essa discussão não é recente na categoria profissional de serviço social, sobre isso pode ser mencionado o que relata o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, no Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação, sobre o I Encontro de Assistentes Sociais na área da educação, realizado em 2003, em que destaca-se registros sobre o porquê da importância do Serviço Social na Educação e no espaço escolar, quais sejam:

> dar suporte à equipe da escola; ajudar no processo educativo como elemento de formação humana e política; atender às necessidades essenciais que contribuem para a minimização da evasão escolar; trabalhar no espaço escolar como espaço de formação social e política; envolver escola, família e comunidade; capacitar a equipe escolar desenvolvendo um trabalho articulado; promover a interlocução com o sujeito sociocultural; desenvolver trabalhos preventivos com as famílias; trabalhar valores éticos com educandos e educadores; trabalhar com a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais; atuar com o corpo pedagógico da escola, contribuindo na resolução de alguns problemas sociais enfrentados pela

> escola e que de certa forma se refletem na comunidade; participar na elaboração do projeto político-pedagógico; contribuir para garantir a universalização de direitos ao universo escolar (direito à permanência, à inclusão escolar);contribuir na formação de redes multiprofissionais. (CFESS. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011).

Conforme os apontamentos, pode ser entendida a importância da presença do profissional de Serviço Social na área da educação para desvelar, prevenir e/ou sanar diversos problemas sociais, em conjunto dos outros profissionais em um trabalho multiprofissional e interdisciplinar, pois, a sociedade é o próprio palco da questão social, e suas expressões têm se introduzido nas escolas atingindo todos os envolvidos no âmbito educacional.

Permitindo, assim, perceber que a inserção do profissional de Serviço Social na educação é importante para que haja bom desempenho do indivíduo não apenas na área educacional. É indiscutível a necessidade do/a Assistente Social em diálogo com educandos, instituição de ensino, famílias e comunidade para a transformação na vida dos sujeitos e consequentemente para a sociedade.

É preciso que haja mudança na esfera educacional e que essa não seja apenas uma adaptação, mas que vise transformação tanto no que diz respeito ao que é inerente ao ser humano, quanto no que é imprescindível para o desenvolvimento pleno da sociedade. Para isso, o serviço social na área educacional tem por objetivo contribuir com informações importantes para a elaboração de políticas públicas específicas no âmbito da educação.

A que seja necessário compreender as discussões propostas e enfatizar o discurso do fortalecimento de ações coletivas, ao invés do discurso apenas de fortalecimento dos sujeitos e seu empoderamento. Pois, como debatido e apresentado pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, 2011, no Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação:

> A inserção do profissional de Serviço Social nesse campo de atuação nos impõe, portanto, uma tarefa/desafio, que é o de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional da educação que tem com um dos Princípios Fundamentais de seu Código de Ética Profissional o ‘posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.’ O que significa que precisamos empreender uma construção coletiva (enquanto categoria profissional), que será caracterizada por caminhos e experiências diferenciadas, mas com o mesmo propósito (CFESS. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. Brasília, 2011).

Neste sentido, o desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (IAMAMOTO, 1998).

É evidente a importância de fortalecer a discussão dessa temática, também, dentre as demais categorias que compõem o âmbito sociopedagógico, para estreitamento dos laços e a compreensão do fazer profissional com vistas aos problemas sociais, sobretudo, quando estes resultam e se inserem em um cenário social, cultural, político e econômico tão desafiador como o cenário atual. Pois, conforme Iamamoto (1998, p. 160), a assimetria social expressa, portanto,

> desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 1998, p. 160).

As colocações da autora corroboram ao entendimento da necessidade do Assistente Social para desempenhar um papel de mediador entre as relações dos sujeitos e as instituições que compõem a sociedade, sejam instituições do âmbito de governo, equipamentos para execução de políticas ou da área comercial, de forma a perceber suas realidades e os determinantes sociais, compreendendo o que historicamente lhes constrói e reconstrói enquanto seres de relações interpessoais.

Voltando o desempenhar desse papel à inclusão sob o aspecto de igualdade, seus direitos participativo e emancipatório sob o aspecto político e cidadão, e dotado de valores morais e éticos sob o aspecto cultural. Justificando, assim, a defesa sobre a contribuição do Serviço Social na Educação, pois é completamente notória essa contribuição para o atual quadro social de (re)ascendência da luta pela democracia, emancipação, inclusão, protagonismo, empoderamento, igualdade e justiça.

O foco da atuação do assistente social na esfera da educação é com o objetivo de promover o fortalecimento à proteção de direitos, sendo essa atuação composta pela interdisciplinaridade junto à equipe multiprofissional, prestando serviços a todos que compõem a escola e às famílias dos educandos. Planejando e realizando

reuniões de aproximação entre a escola e a família, e acompanhando os alunos levando em conta o seu contexto familiar e social.

Assim como em outros campos de atuação, na educação o assistente social age de forma a articular os conceitos teóricos adquiridos durante a formação à realização das atribuições postas diante as competências construídas historicamente pela categoria e às demandas institucional, isto é, da classe dominante, e dos usuários, ou seja, as expressões da questão social. Desta forma, caracteriza-se o seu fazer profissional como prática não de arranjos e rearranjos institucionais, e sim como prática do conhecimento em favor da classe trabalhadora, visando uma nova ordem societária preconizada em seu projeto ético-político.

3.3 RELEVÂNCIA SOCIAL DA ATUAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO E APORTE SOB A PERSPECTIVA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social enquanto categoria que têm em seu projeto uma dimensão educativa, vincula-se também à política de educação ao compreender e propor-se na defesa da emancipação. Mas essa dimensão educativa é indissociável, e assim deve ser, da dimensão política intrínseca tanto ao Serviço Social quanto a educação.

No tocante ao projeto ético-político do Serviço Social, cabe destacar o que diz os autores Braz e Teixeira sobre a busca e defesa da transformação societária, isto é, a emancipação:

> [...] o projeto ético-político do Serviço Social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade. Essa vinculação se dá pela própria exigência que a dimensão política da intervenção profissional põe. Ao atuarmos no movimento contraditório das classes, acabamos por imprimir uma direção social às nossas ações profissionais que favorecem a um ou a outro projeto societário (BRAZ E TEIXEIRA, 2009, p. 5).

A partir da afirmação de Braz e Teixeira interpreta-se que o projeto ético-político do Serviço Social pretende e contribui para o ideário da transformação social ao objetivar conforme a atuação profissional a emancipação sob a defesa do projeto societário da classe trabalhadora.

Segundo o Conselho Federal de Serviço Social, o projeto ético-político do Serviço Social faz “opção por um projeto profissional vinculado à construção de uma

ordem societária sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero" (CFESS, Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais. 2017, p. 24). O que significa defesa pela transformação social a partir do fim de toda forma de exploração do homem pelo homem e, assim, emancipação humana.

É necessário refletir a busca pela transformação/emancipação das categorias de Serviço Social e Educação na realidade brasileira a partir dos determinantes econômicos, políticos, culturais e sociais do Brasil, especialmente a estrutura e combinação da atual alocação da política educacional.

Nesse sentido, o que se tem visto ao longo desta pesquisa em todos os períodos de tempo marcado pelas políticas favoráveis ao capital é a reformulação do campo educacional, fatores instáveis no mundo do trabalho, seja na qualificação de professores, alunos ou nas condições de trabalho existentes, que têm impacto direto nesse meio, o que repercute na educação tornando-a fragilizada, de baixa qualidade e longe de alcançar o seu objetivo transformador e emancipador.

Quanto a isso, conforme Adorno, em Maar (2006), a ameaça ao conteúdo ético no processo educacional está ligada aos determinantes sociais que configuram e materializam a educação pautada na aquisição de conhecimentos técnicos. Ela também alerta que quanto mais fechada a educação em seu condicionamento social, mais ela pode ser vítima da situação social existente.

Com base nessa afirmativa e diante todo o contexto anteriormente apresentado, é expressa a leitura da precariedade da educação brasileira em que governos vêm fortalecendo e sustentando as necessidades do capital em detrimento da valorização da política social educativa. Não há interesse em formar pessoas críticas, isto é, efetivamente cidadãs, pois a cidadania pressupõe compreender de forma crítica a realidade a qual está inserida e buscar transformá-la.

Ainda em Adorno, a emancipação precede ações críticas, vinculadas à realidade social, consideradas produtos históricos e, portanto, repleta de contradições que permitem sua transformação (ADORNO, apud MAAR, 2006).

Diante disso, não é estranho pensar o Serviço Social na área da educação e na busca pela emancipação, pois o projeto ético-político do serviço social evidencia os esforços para oferecer à profissão um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que requer uma formação acadêmica que reflita crítica e eticamente sobre a realidade social e ao mesmo tempo nesta intervenha.

Para refletir a atuação profissional do Serviço Social na educação é preciso também dimensionar seu processo construtivo, pois afirma-se o Serviço Social como profissão voltada aos interesses sociais e contrária a todos esses agravantes que permeiam o cenário brasileiro.

> Isso, porque a categoria ampliou o sentido centralmente tecnocrático de uma autarquia pública de profissão regulamentada e sua função precípua, para redimensioná-la do ponto de vista pedagógico e com clara direção política de defesa dos interesses da sociedade, da profissão, a partir de uma identidade e apoio à classe trabalhadora (CFESS, Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais. 2017, p. 79).

Cabe destacar que o projeto ético-político do serviço social é fruto dos rebatimentos postos à profissão e à sociedade, é marco de uma conquista histórica profissional e social, como afirma Iamamoto (1992):

> [...] o projeto do Serviço Social brasileiro é historicamente datado, fruto e expressão de um amplo movimento de lutas pela democratização da sociedade e do Estado no País, com forte presença das lutas operárias que impulsionaram a crise da ditadura do grande capital. Foi no contexto de ascensão e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e pela defesa do Estado de Direito, que a categoria dos assistentes sociais foi sendo socialmente questionada pela prática política de diferentes segmentos da sociedade civil e não ficou a reboque desses acontecimentos (IAMAMOTO, (1992, p. 223).

Significando, segundo as colocações da autora, que nas últimas décadas, dado o reconhecimento de sua importância e necessidade social, a profissão se consolidou, desconstruindo questionamentos advindos de membros da própria categoria e de outras categorias profissionais quanto a sua colocação frente às conjunturas e contextos sociais. Valendo-se do posicionamento favorável à democracia e aos direitos de cidadania.

Ainda seguindo essa lógica, menciona-se as colocações do CFESS quanto aos determinantes sociais que atingem a categoria, e que se pode aqui correlacionar a educação, pois também é atingida pelos mesmos determinantes e contexto social:

> O reconhecimento de que a história nos atinge e nos mobiliza, seja na formação ou no trabalho profissional cotidiano. A natureza de nossa matéria de intervenção implica necessariamente em tomada de posição diante das relações sociais, culturais e políticas que se expressam na conjuntura. Nesse sentido, tornou-se parte de nossa tradição a busca pelo entendimento do contexto social e suas implicações para nossas condições e escolhas profissionais" (CFESS, Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais. 2017, p. 78).

É possível vislumbrar, assim, a necessidade de luta e resistência por parte dos assistentes sociais para garantir a natureza da configuração de suas ações profissionais e garantir uma atuação profissional de qualidade e que fortaleça o projeto ético-político da profissão mesmo diante contextos desafiadores e relações sociais expressas por conjunturas desafiantes. Assim, em Netto (1999):

> a ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre um projeto que, em outras palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação de valores que a legitimam socialmente. (NETTO, 1999, p. 02).

Ao passo em que a conexão entre emancipação humana e política, a partir da forma como o Serviço Social se situa na divisão social do trabalho, edifica as possibilidades de resistência e de luta para avançar coletivamente em direção à transformação societária, à emancipação humana.

Desta forma, trás a reflexão das exigências que são postas pelo capital, e trás a análise sobre a realidade e a criticidade, que são características inseridas à categoria de serviço social e a área da educação ao longo da construção histórica, para melhor responder às exigências sociais, nisso desencadeia modificações nos processos societários visando a sua transformação e das próprias áreas mencionadas.

A realidade é dinâmica e a sua leitura deve ser baseada em tomadas de reflexões críticas que permitam superar o imediatismo e compreender a complexidade dos fenômenos sociais apresentados aos sujeitos, ou seja, a intervenção profissional do serviço social na educação deve ser veiculada por meio da apreensão crítica. O desenvolvimento dessas competências continua sendo fundamental para a consolidação do projeto ético-político do serviço social. Pois, conforme Lukács, “cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se – seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas e determinadas” (LUKÁCS, 2007, p. 59).

Em suma, essas diretrizes indicam a adoção de uma teoria social crítica que permite a aprendizagem da totalidade social, um tratamento teórico-crítico histórico e metodológico rigoroso da realidade social. Dessa forma, a direção social do serviço

social junto à educação está vinculada às conquistas democráticas e à emancipação humana.

É a partir da formação profissional do assistente social em que se ressalte como parte dessa o âmbito teórico-crítico, que este qualifica-se à prática da profissão, pois quando o usuário apresenta sua demanda, ou seja, as expressões da questão social, e o profissional faz uma análise sob a perspectiva do projeto profissional, ou seja, o projeto ético-político, nisto está inserida a compreensão da realidade individual e social, a criticidade, passa-se então o profissional a olhar esse ser dentro da sua universalidade da totalidade, singularidade e particularidade, esse olhar é diferente do senso comum e proporciona desenvolver respostas qualificadas.

É com base na práxis que realiza-se um fazer profissional voltado a praticar o que está posto no projeto ético-político de forma a buscar a emancipação do ser social e a transformação da sociedade, por isso a importância da formação profissional com base na criticidade, num ensino de qualidade, e com, mediante as colocações de Iamamoto (2001):

> [...] competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais [que vá] além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas [...], desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2001, p. 21).

Desta forma, há de perceber a necessidade de competências a partir da interpretação dos processos sociais, de forma a estimular a reflexão, a criticidade, na atuação, na prática da profissão, e que possa provocar atitudes e capacidades propositivas, vinculadas aos princípios éticos e políticos.

Para explorar este caminho, deve haver uma reflexão fundamental e profunda no campo da atuação profissional na área da educação para compreender a sociedade no seu conjunto e as suas condições de mediação, pressupondo uma análise de conjunto pautada na universalidade, particularidade e singularidade, de forma a romper com a endogenia.

Portanto, no âmbito da educação, profissionais como Assistentes Sociais são necessários, ainda mais no atual contexto contemporâneo, para analisar crítica e dialeticamente o movimento das entidades e da sociedade, pois as ações dos

assistentes sociais se fazem na dinamicidade da realidade do ser, da sociedade e dos desdobramentos conjunturais.

Ainda mais para atuar junto à educação em defesa da garantia de direitos e da cidadania, pois defender o direito a educação, é defender a própria cidadania, já que esta encontra-se na esfera das políticas e direitos sociais e ser cidadão é ser pleno do exercício dos seus direitos civis. E compreendendo o projeto ético-político do serviço social enquanto projeto que defende a liberdade e a transformação social, é compreender a própria busca efetiva pela democracia e por uma sociedade justa, emancipada. Já que de acordo com Netto (1999), o projeto ético-político do serviço social,

> se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condições para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto a socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida" (NETTO, 1999, p. 105).

Conclui-se, ainda conforme Netto (1999), que o projeto ético-político do Serviço Social tem sua raiz na recusa ao conservadorismo e ao cerceamento dos processos emancipatórios, propondo a construção de uma direção social para a profissão alicerçada num conjunto de valores éticos emancipatórios de liberdade, democracia e cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo explora o Serviço Social na Política de Educação abrangendo a inserção de Assistentes Sociais na educação e suas contribuições para além dos muros escolares, a fim de analisar e apresentar a inserção de assistentes sociais na política educacional e suas contribuições ao corpo discente e suas respectivas famílias, bem como às instituições de ensino e à sociedade. Pretendendo compreender se Assistentes Sociais no âmbito educacional influem para um desfecho de mudança no impacto da questão social enfrentada pelos sujeitos e a sociedade, e entender a relevância social produzida pela atuação profissional de assistentes sociais na política de educação.

Assim, impulsiona o desvelar das estratégias do serviço social na educação. Trazendo às discussões os benefícios proporcionados a partir da perspectiva do trabalho interdisciplinar entre profissionais da categoria de serviço social, pedagogos e/ou professores, psicólogos e demais profissionais atuantes na política social de educação. Tendo por objetivo fornecer subsídios para ampliar as discussões sobre a temática.

A pesquisa validou a pressuposição de que o trabalho realizado por assistentes sociais no âmbito educacional pode intervir no contexto de expressões da questão social sofridas pelos sujeitos assistidos pela política de educação ao comprovar que pode intervir nesse contexto, pois, fortalece as ações da própria política social de educação, contribui para a formação do senso crítico e consciente de todo o corpo discente e adjunto acerca de seus direitos e deveres sociais, visando a transformação societária, entendendo que o direito à educação de qualidade assegura o cumprimento de outros direitos.

Ao elucidar a importância da educação e da inserção do Serviço Social nesse âmbito, bem como suas contribuições ao enfrentamento das desigualdades sociais oriundas do capitalismo e a busca pela transformação societária. Apresenta um resgate à historicidade da educação no Brasil conforme suas particularidades.

Resultando no desvelar da educação como uma política de interesses velados que assim perdurou por muitos anos ao longo da sua história no Estado brasileiro. Em que se seguiu pelo entendimento do dualismo que diferia seu alcance a ricos e pobres em um modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da

educação popular, voltada à capacitação e aprimoramento à categoria trabalho e reforçada pelo caráter manipulador/controlador da grande massa.

Ao vincular a proposta de transformação da sociedade posta pelo projeto profissional do serviço social à política de educação como enfretamento aos resquícios do capitalismo, aborda a educação como área intrinsecamente ligada aos determinantes do modo de produção, e ressalta que o modo de produção capitalista gera fortes desigualdades sociais, pois o capitalismo fortalece a economia, mas fragiliza a educação e precariza a sociedade.

Desta forma, abarca a desigualdade na efetivação do direito social à uma política educacional de qualidade, transformadora, emancipatória. Revelando, ainda, que a educação é indissociável à categoria trabalho, pois acompanha historicamente as mudanças nos modos de produção e, consequentemente, reprodução social, e, ainda, instaurada na perspectiva do trabalho imaterial. Sendo, assim, aparelho hegemônico ideológico, e não político-educacional. Abarcando, ainda, sua implantação enquanto direito de todos e dever do Estado, reiterando que isso foi fruto de muita luta das classes subjugadas, e aponta o vínculo do serviço social, pois, a categoria em seu projeto profissional possui defesas semelhantes e historicamente correlacionadas ao projeto societário da classe trabalhadora.

Quanto à explanação das possibilidades de intervenção do assistente social na educação com vista à emancipação política, além de analisar a importância da inserção do Serviço Social na educação e reforços ao enfrentamento das expressões da questão social, também explana a relevância social da atuação nessa área e em defesa da emancipação social sob a perspectiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Isto posto, aponta que as múltiplas expressões da questão social se constituem no contexto societário e se materializam no cotidiano de vida de inúmeros indivíduos, e essas expressões impactam sobre as atividades e a convivência no âmbito escolar através dessas expressões. Por isso, reforça a importância de assistentes sociais nesses espaços, pois, a sociedade é o próprio palco da questão social, e suas expressões têm se introduzido nas escolas atingindo todos os envolvidos no âmbito educacional. E evidencia a importância do fortalecimento das discussões dessa temática, pois ambas as áreas visam uma nova ordem societária, preconizada tanto no projeto societário da classe trabalhadora, defendida pelas áreas estudadas, quanto em seus projetos.

Vinculando-as no objetivo comum da emancipação, da transformação social, delineando o projeto ético-político do serviço social em face desta perspectiva, sob a dimensão educativa aportada pelos critérios do desenvolvimento teórico-crítico, ético, e de apreensão da realidade social, que enquanto dinâmica, pressupõe mutável, para assim transformar o ser social, aspirando a efetivação do ideário de cidadania.

Apresentaram-se algumas dificuldades para a realização do trabalho ora apresentado, quais se fazem necessárias elencá-las na presente obra como fruto do próprio contexto social em que esta constituiu-se, quais sejam: a pandemia do novo coronavírus que vem assolando as sociedades mundialmente, desta maneira, não sendo possível enriquecê-la com a realização de pesquisa de campo, tampouco obter o privilégio de uma orientação presencial para uma melhor colocação das indagações desta pesquisadora e, como efeito, melhor refutação; bem como, a dificuldade no tocante ao material que aborde a temática retratada.

Diante todo o exposto, torna-se imprescindível ampliar essas discussões e compreender a inserção de assistentes sociais na esfera da educação como profissionais que visam contribuir para um desfecho de mudança social e das implicações sofridas pelos sujeitos, provenientes da conjuntura social em meio ao capitalismo e das produções e reproduções das relações sociais, dado cada contexto histórico.

Subentende a importância de que sejam pensadas pela categoria de serviço social junto ao corpo docente das instituições de ensino, à sociedade e às demais instituições concernentes, formas de amenizar os impactos provocados pelo contexto social junto aos usuários da política de educação e a quem alcance socialmente.

De forma a buscar apreender a realidade de cada sujeito e as implicações provocadas em seu contexto social e dada as suas relações sociais. No intuito da emancipação dos sujeitos e a transformação da sociedade pautadas nos valores da liberdade, democracia, cidadania, igualdade, equidade e justiça social preconizados no projeto ético-político do serviço social e nas leis que regulamentam a política de educação brasileira, a exemplo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. W. **A indústria Cultural** – O Iluminismo como mistificação das massas (1947). In.: ADORNO, Theodor. W. Indústria Cultural e Sociedade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

ALMEIDA, N. L. T. de. **Educação pública e Serviço Social**. In.: Revista Serviço Social e Sociedade, 63, São Paulo: Cortez, p. 62 - 75, 2000.

ALMEIDA, N. L. T; PEREIRA, L. D. **Serviço Social e Educação.** Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação.** São Paulo: Moderna, 2002.

AZEVEDO, Fernando. **A transmissão da cultura:** parte 3. da 5ª ed. da obra A cultura Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL. Acesso em 20 de out. 2020.

_____. **Ministério da Educação.** O PNE 2011-2020: metas e estratégias. 2010.

BRAZ, M**. Notas sobre o projeto ético-político**. In.: Assistente Social: Ética e Direitos. 3. ed. (rev. e ampl.). Rio de Janeiro: CRESS, 1996. (Coletânea de leis e resoluções).

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social** In.: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos sociais e Competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009. Disponível em:< http://docslide.com.br/documents/livro-completo-cfess-servico-social-direitos-sociaise-competencias.html> Acesso em: 20 nov. de 2020.

CARDOSO, M. T. R. F. L. **As Luzes da Educação: fundamentos, raízes históricas e prática das Aulas Régias.** Rio de Janeiro. 2004.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a Assistente Social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. Ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

_____. **Serviço Social: Direitos sociais e Competências Profissionais.** CFESS, Brasília, 2017. Disponível em:< http://docslide.com.br/documents/livro-completo-cfess-servico-social-direitos-sociaise-competencias.html> Acesso em: 03 de nov. 2020.

_____. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação.** Brasília, 2011.
Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em: 11 de out. 2020.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. **A educação no atual cenário político econômico mundial: a disputa eleitoral e os retrocessos na educação**. Set 2018, Volume 39 Nº 144 Páginas 515 – 521. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302018000300515&lang=pt> Acesso em: 18 de out. 2020.

FERREIRA Jr., Amarilio; BITTAR, Marisa. **Pluralidade lingüística, escola de bê-á-bá e teatro jesuítico no Brasil do século XVI**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 86, p. 171-195, abr. 2004.

FRANCA, Pe. Leonel. **O Método Pedagógico Jesuítico. O "Ratio Studiorium":** Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FREIRE, Paulo (1997) **Pedagogia da Esperança** Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido, São Paulo: Paz e Terra (1ª ed. 1992)

HOLANDA, Sérgio Buarque de**. Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Trabalho e Indivíduo Social**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUKÁCS, Gyorgy. **O jovem Marx e outros escritos da filosofia.** Organização e tradução de Carlos Nelson Coutinho e José Paulo Netto. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. **Crítica ao programa de Gotha**. In.: ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p.101 – 124.

_____, Karl. **O capital: crítica da economia política**: Livro I: o processo de produção do capital. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **A Educação Brasileira antes de 1964.** Brasil, 2012. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/antes-do-golpe-2/>. Acesso em: 13 de out. 2020.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas: SP. 2007.

NETTO, J. P**. A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In.: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

NUNES, R. A. C. **História da Educação Brasileira.** São Paulo, 1984.

PILLETTI, Nelson. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau.** 22. ed. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **Estrutura e funcionamento do ensino de 2º Grau**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

_____. **História da educação no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ROMANELLI, O. **O. História da Educação no Brasi**l. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. 37ª ed.

SAVIANI, Demerval**. Educação brasileira: estrutura e sistema.** São Paulo: Saraiva, 2005.

WEREBE, Maria J. G. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil.** 2a. ed. São Paulo: Difel, 1985.